



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 08/15

20 de Julho de 2015



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

Os "Esbulhos" que não Temos de Aceitar!

No final do mês passado, no nosso Comunicado nº 07/2015, referindo a publicação do Despacho nº 6028/2015 e do Despacho 6402/2015, denunciávamos o tratamento diferenciado entre os Primeiros-Sargentos da Marinha e do Exército, então já promovidos, e os seus camaradas da Força Aérea que continuavam a aguardar a merecida promoção.

Face à denúncia, em 15 de Julho passado, no DR, 2ª Série, Nº 136, é finalmente publicado o Despacho nº 7814/2015 com a promoção destes Sargentos da Força Aérea.

Como os seus camaradas dos dois outros ramos também estes Sargentos contam antiguidade ao dia 1 de Janeiro de 2015.

Face ao mecanismo que determina que a promoção só produz efeitos remuneratórios no dia seguinte à sua publicação em DR, se aos Sargentos da Marinha e do Exército já haviam sido "esbulhados" quase seis meses do diferencial no seu vencimento relativamente ao posto que agora ocupam, a estes camaradas da Força Aérea o "esbulho" engloba ainda parte de Julho e o relativo ao subsídio de férias.

Pode parecer coisa de somenos. Contudo, e tendo em conta os cortes a que os vencimentos têm vindo a ser sujeitos, os aumentos de descontos para assistência na saúde, os brutais aumentos de impostos e do custo de vida em geral, todos estes "esbulhos" significam uma pesada diminuição nos orçamentos familiares destes Sargentos, considerando ainda que muitos deles constituíram família há relativamente pouco tempo, assumindo compromissos com base num pressuposto que pensavam saber poder contar e que unilateralmente, e sem respeito algum, viram ser brutalmente diminuído. Acresce referir que não é neste universo que o governo investe os "suplementos de despesas de representação"!

Mas se já consideramos esta uma situação de injustiça, o mal não termina aqui!

Estes militares foram promovidos ao posto de Segundo-Sargento em 1 de Outubro de 2011 quando ingressaram na respectiva categoria. Face aos "congelamentos" ditados pela Lei do Orçamento de Estado, estes militares ficaram no "limbo" durante três meses, entre Outubro e Dezembro de 2011, só

começando a contar o respectivo tempo para a promoção por diuturnidade a partir de 1 de Janeiro de 2012. De facto, e para que justiça se fizesse, deveriam ter sido promovidos em Outubro de 2014.

Mas mesmo não concordando e ainda assim considerando as necessidades impostas pelo governo através das leis do Orçamento de Estado, seria desejável que a promoção de TODOS, repetimos, de TODOS os Segundos-Sargentos que ingressaram a partir de 1 de Outubro de 2011 tivesse sido processada em conjunto.

De igual modo, e desmontando o discurso enganador do governo quando fala em milhares de promoções, sabendo que as promoções ocorridas este ano foram cabimentadas orçamentalmente já no ano passado, faz sentido que as promoções, aos variados postos, que de uma forma mitigada vêm sendo publicadas em DR, com antiguidade a 1 de Janeiro de 2015 produzissem os efeitos a essa data, pois assim terá sido previsto e orçamentado.

De que adianta prever promoções a 1 de Janeiro, fazer todo o competente trabalho administrativo e processual para depois publicá-las com muitos meses de atraso, com todos os prejuízos remuneratórios daí decorrentes? Como temos repetidamente referido, quanto mais tarde se publicarem as promoções, mais serão os orçamentos familiares dos militares, errada e injustamente, a suportar os custos da missão.

Talvez o Tribunal de Contas tenha vindo levantar um pouco o véu deste tipo de "chico-espertismo" de gestão orçamental ao denunciar que os funcionários públicos estão a pagar mais do que é necessário para custear a sua saúde, gerando receitas suplementares que levam o governo a alardear proezas governativas que afinal decorrem de mais um "esbulho".

São muitos destes "esbulhos" que levam a que um número significativo de famílias portuguesas viva no limiar da pobreza. Face aos compromissos que assumimos enquanto militares, mantenhamo-nos disponíveis para responder "Presente!" sempre e quando formos chamados a lutar por justiça e pelo fim destes abusivos e lesivos "esbulhos"!

A Direcção
20 de Julho de 2015